



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ LUCAS COSTA OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS DA LEI 13.935/19**

Salvador

2024

JOSÉ LUCAS COSTA OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS DA LEI 13.035/19**

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a Ana Maria Ferreira Cardoso

Salvador

2024

Aos meus pais, Kátia e Genázio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, em nome de minha orientadora, professora doutora Ana Maria Ferreira Cardoso, que, apesar de todos os desafios, topou me guiar durante este último ato acadêmico.

Aos meus colegas, pela troca, compartilhamento e construção de todo o conhecimento que pude assimilar durante o curso. Aos meus amigos pelo acolhimento nos períodos difíceis e companheirismo nos momentos de felicidade.

A Kátia Sampaio Costa e José Genázio Gomes Oliveira, meus pais, que antes de tudo e qualquer coisa, dedicaram a vida para formarem o homem que sou. Ao darem apoio e incentivo, da forma que puderam e como se não bastasse, até este momento, demonstram amor, cuidado e preocupação com minha existência e bem-estar.

Em nome de Michelle Costa Soares, agradeço aos meus irmãos e a todos os meus familiares por não soltarem a minha mão e ao estímulo que me deram para continuar em todos os momentos em que pensei em desistir ou efetivamente desisti de concluir essa jornada.

E do jeito que sou, para não agradecer a mim mesmo, e depois de algumas paixões, não poderia deixar de registrar meu agradecimento aos homens que amo, Gabriel Leal Ribeiro dos Santos, Guilherme Santos Lima e Diego Rodrigues Brandão. Obrigado por me ensinarem a amar e por não desistirem de mim.

Por último, mas não menos importante, a todas as pessoas não citadas aqui, mas que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse concluir esse ciclo, tenho plena consciência de que não cheguei e não poderia ter chegado aqui sozinho, o meu sincero obrigado!

*Quando o homem compreende a sua realidade,
pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa
realidade e procurar soluções. Assim, pode
transformá-la e o seu trabalho pode criar um
mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.*

Paulo Freire (1983, p.30).

OLIVEIRA, José Lucas Costa Oliveira. **Serviço Social e educação básica: possibilidades e desafios da lei 13.935/2019**. 2024. 52 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2024.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi compreender as possibilidades e desafios para a atuação do assistente social na educação básica com a implementação da Lei n. 13.935/19. E como objetivos específicos: contextualizar o histórico da atuação do Serviço Social na educação básica no Brasil; identificar os fatores que contribuíram para a criação da Lei n. 13.935/19; verificar as atribuições dos assistentes sociais no contexto da educação básica. A pesquisa é de cunho qualitativo-interpretativa. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, pois baseia-se na análise e interpretação de produção científica e da lei que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. A implementação representa um avanço relevante para assegurar a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. Contudo, ela enfrenta desafios consideráveis: recursos financeiros limitados; infraestrutura e logística; planejamento e implementação; capacitação e formação contínua; resistência cultural e institucional; avaliação de impacto e resultados; apoio político e social. Para tanto, todos esses demandam uma estratégia bem elaborada, distribuição adequada de verbas, formação constante dos funcionários e participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Em suma, ela traz diversas opções visando aprimorar a excelência da educação no território brasileiro, principalmente ao estimular um ambiente escolar mais participativo, receptivo e sensível às demandas emocionais e sociais dos educandos. Com a correta execução e respaldo de medidas governamentais, este dispositivo legal tem potencial para impactar de modo significativo no crescimento pleno dos discentes e na formação de uma comunidade mais igualitária e justa.

Palavras-chaves: Serviço Social; Direito Social; Educação Básica; Lei n. 13.935/19.

OLIVEIRA, José Lucas Costa Oliveira. **Social Work and basic education: possibilities and challenges of law 13,935/2019**. 2024. 52 s. Monograph (Graduation in Social Work) — Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador. 2024.

ABSTRACT

The general objective of this study was to understand the possibilities and challenges for the performance of social services in basic education with the implementation of Law no. 13,935/19. And as a specific objective: to contextualize the history of Social Service activities in basic education in Brazil; identify the factors that contributed to the creation of Law no. 13,935/19; verify the duties of social workers in the context of basic education. The research is qualitative-interpretative in nature. As a first step, considered essential, a bibliographical research was carried out; the technique used was documentary research, as it is based on the analysis and interpretation of the law that provides for the provision of psychology and social services in public basic education networks. The implementation represents a relevant advance in ensuring the presence of psychologists and social workers in public basic education networks. However, it faces considerable challenges: limited financial resources; infrastructure and logistics; planning and implementation; training and ongoing training; cultural and institutional resistance; impact and results assessment; political and social support. To achieve this, all of these require a well-designed strategy, adequate distribution of funds, constant training of employees and active participation of all members of the school community. In short, it brings several options aimed at improving the excellence of education in Brazilian territory, mainly by encouraging a more participatory, receptive and sensitive school environment to the emotional and social demands of students. With the correct execution and support of government measures, this legal device has the potential to significantly impact the full growth of students and the formation of a more egalitarian and fair community.

Keywords: Social Work. Social Law. Basic Education. Law no. 13,935/19.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
2.	SERVIÇO SOCIAL: NOTAS INICIAIS, CONCEITUAIS E HISTÓRICAS	12
2.1	ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL AO LONGO DAS DÉCADAS	14
2.2	SERVIÇO SOCIAL E CONTEMPORANEIDADE	19
3.	SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA	23
3.1	A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL	28
3.2	LEI 13.935/19: NOTAS INICIAIS E CONCEITUAIS	32
3.3	ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	34
3.4	DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI N. 13.935/19 NA ESCOLA	37
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Muitos são os problemas e expressões da questão social que se materializam e atingem a educação básica, dentre eles, desafios relacionados ao adequado atendimento de crianças neuroatípicas, situações de comportamentos inadequados, violência, evasão escolar e até mesmo o crescimento de crianças em situações de risco e vulnerabilidade psicossocial. Nesse contexto, constitui-se a demanda da atuação de profissionais de Psicologia e de Serviço Social, na tentativa de mudança de paradigma.

O Serviço Social na educação básica do Brasil desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e inclusão. Os assistentes sociais atuam no suporte a alunos, famílias e comunidades, identificando e mitigando desigualdades socioeconômicas que afetam o pleno direito à educação, o acesso e o desempenho escolar. Eles auxiliam na resolução de problemas sociais que podem prejudicar o processo educacional, como a falta de moradia ou a violência doméstica. Além disso, desenvolvem programas de orientação e conscientização, além de intervir sobre questões sociais relevantes, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes. O Serviço Social na educação básica é um componente essencial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva em todo o Brasil.

Na tentativa de mudança de contexto, tem-se a criação da lei n. 13.935/19, que, em linhas gerais, regulamenta a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A proposta é justamente atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

Cabe lembrar que a implementação dessa lei fortalece o ideal de democracia, uma vez que também fomenta a participação cidadã na proteção dos direitos individuais. Assim, a atuação do Serviço Social na educação básica também desempenha um papel importante na promoção dos valores democráticos, a partir do momento em que a atuação desses profissionais contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, incentivando a participação ativa na sociedade e promovendo o respeito pela diversidade e pelos direitos humanos.

A educação é um espaço vital para o desenvolvimento desses princípios democráticos. Ela não apenas transmite conhecimento acadêmico, mas também valores que sustentam uma sociedade democrática, como a tolerância, o respeito pelas diferenças e o compromisso com a justiça social. Portanto, a atuação do Serviço Social na Educação Básica contribui indiretamente para a defesa e fortalecimento da democracia, à medida que ajuda a construir

uma base de cidadãos informados e engajados, essenciais para a preservação desse sistema político.

Deste modo, essa pesquisa levanta a seguinte questão-problema: quais são os desafios e possibilidades da atuação do Serviço Social na Educação Básica, a partir da implementação da lei n. 13.935/19?

Tem-se como objetivo geral deste estudo compreender as possibilidades e desafios para a atuação do serviço social na educação básica com a implementação da Lei n. 13.935/19. E como objetivos específicos: contextualizar o histórico da atuação do serviço social na educação básica no Brasil; identificar os fatores que contribuíram para a criação da Lei n. 13.935/19; verificar as atribuições dos assistentes sociais no contexto da educação básica.

A inquietação para a realização desta pesquisa incide em três perspectivas: no âmbito pessoal e profissional, por reconhecer a importância da atuação do Serviço Social na educação básica, sendo de extrema importância, desempenhando um papel crucial na promoção da equidade, inclusão e no desenvolvimento integral dos estudantes. Isso porque essa área de atuação pode identificar e reduzir desigualdades socioeconômicas, oferecendo suporte a estudantes em situações de vulnerabilidade e no enfrentamento das expressões da questão social. Isso contribui para que todos os alunos tenham oportunidades iguais de acesso e sucesso na educação.

No âmbito científico, pela possibilidade de contribuir para a discussão do fenômeno em questão, dando maior visibilidade à importância da referida lei e sua implementação nesse espaço. Para tanto, os assistentes sociais devem trabalhar em estreita colaboração com as famílias dos estudantes, oferecendo orientação e assistência em questões econômicas e psicossociais. Isso fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente mais favorável ao aprendizado.

A partir da questão-problema e dos objetivos traçados, classificamos esta pesquisa como de cunho qualitativo-interpretativa, pois se trata de uma abordagem metodológica amplamente utilizada a fim de explorar, compreender e descrever fenômenos que envolvem as experiências humanas e contextos sociais. Para Minayo (2008), ela é interpretativa, ou seja, busca identificar padrões, temas e significados dentro de seus contextos específicos, considerando a influência de variáveis e relações sociais no objeto de estudo em questão.

Como primeira etapa, considerada como essencial, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através de levantamentos e fichamentos dos materiais bibliográficos relevantes para a pesquisa. A partir da leitura seletiva, foram localizados nos textos fichados, as

especificidades buscadas para esclarecimentos do fenômeno em questão. Assim, foram feitas as relações das fontes estudadas para se construir um debate teórico adequado para fundamentar as análises e interpretações necessárias. Nesse contexto, foram acessadas produções de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que foram publicados de 2019 até 2024, justamente para verificar a discussão teórica e crítica acerca da referenciada lei. O recorte temático será a lei e suas relações, desafios e possibilidades.

A técnica utilizada foi a pesquisa documental, pois baseia-se na análise e interpretação da lei que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. A pesquisa documental, segundo Cellard (2008), ganha destaque nas ciências sociais e da linguagem por ser uma técnica que se vale de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico. Dentre os seus objetivos o destaque para: coletar, analisar e interpretar informações contidas nos documentos para responder a questões de pesquisa ou investigar determinado tema ou fenômeno. Em resumo, ela é valiosa, pois permite explorar e compreender questões históricas, sociais, políticas e culturais com base em documentos autênticos.

Além desta parte introdutória, o estudo ainda apresenta os seguintes capítulos: o capítulo dois que trata das notas iniciais, conceituais e históricas do serviço social; das atribuições do serviço social ao longo das décadas e na contemporaneidade; e da educação como direito social. No terceiro capítulo, disserta sobre o serviço social e a educação básica; a lei n. 13.935/19: as atribuições dos assistentes sociais no contexto da educação básica; e os desafios e possibilidades da implementação da lei na escola. Como quarto capítulo tem-se as considerações finais.

2. SERVIÇO SOCIAL: NOTAS INICIAIS, CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

Ao longo da história, percebe-se que o surgimento do serviço social foi de suma importância no passado. Ao refletir sobre o período de rápidas mudanças sociais decorrentes da industrialização, momento em que ocorre o aumento da urbanização e da pobreza, nota-se as disparidades sociais e a necessidade urgente de abordar essas questões de forma sistemática e profissional.

Antes do século XX, a assistência aos necessitados dependia de instituições de caridade religiosas ou de ações individuais de filantropos. Com a reconfiguração do Estado no âmbito do capitalismo monopolista (Netto, 2011), este passa intervir por meio das políticas sociais.

Nesse contexto, a profissionalização do serviço social trouxe consigo padrões éticos, treinamento formal e uma abordagem baseada em evidências para lidar com as necessidades sociais. Para Maria Carmelita Yazbek (1995), a importância da profissão não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como parte de um contexto social e histórico mais amplo. Isso porque essa profissão se desenvolveu em resposta às transformações sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo, enfatizando o papel dos assistentes sociais na promoção da justiça social e na transformação das condições sociais.

Segundo Estevão (1992), as origens nas ações de caridade remontam às práticas de filantropia que surgiram em várias culturas antigas. No entanto, a profissionalização do serviço social como uma disciplina sistemática ocorreu principalmente no século XIX. Durante esse século, o movimento de reforma social começou a questionar as condições sociais e a pobreza resultantes da Revolução Industrial. Pensadoras como Jane Addams e Mary Richmond foram fundamentais nesse período, estabelecendo os alicerces para o desenvolvimento do Serviço Social como uma profissão.

Na segunda metade do século XX, o serviço social expandiu seu foco para incluir não apenas o trabalho com indivíduos e famílias, mas também a promoção de mudanças sociais e políticas para abordar questões estruturais de injustiça e desigualdade. Cabe lembrar que ele também se expandiu globalmente, adaptando-se às necessidades e contextos de diferentes países e culturas. Em muitos países, o serviço social desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar social, na proteção dos direitos humanos (Estevão, 1992).

Segundo Iamamoto e Carvalho (1985), o serviço social historicamente esteve ligado à defesa dos direitos sociais e à luta por justiça social. Os assistentes sociais frequentemente

atuam como defensores dos direitos das populações marginalizadas e como agentes de mudança social, pressionando por políticas e programas que promovam a equidade e a inclusão. Por muito tempo, essa área desempenhou um papel fundamental na construção de comunidades resilientes, capacitando indivíduos e grupos para enfrentar desafios sociais e promover o bem-estar coletivo, principalmente no contexto do capitalismo.

O serviço social influenciou a qualificação das políticas sociais em muitos países. As intervenções e recomendações desses profissionais, muitas vezes, moldaram a forma como os governos abordaram questões como saúde, educação, moradia e assistência social. Sua atuação representou uma resposta organizada e profissional às crescentes necessidades sociais, com implicações significativas para a forma como a sociedade enfrenta os desafios de injustiça, desigualdade e marginalização. Essa área surge justamente para atender a demandas impostas pela questão social. Conforme Iamamoto (2011, p. 27), a questão social

[...] pode ser entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2011, p. 27).

Segundo Yazbeck (1995), a conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de mudanças nas bases da ação social do Estado, as manifestações da "questão social", matéria-prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assumem novas configurações e expressões, entre as quais destaca a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente.

Sendo assim, são questões de saúde pública, de violência, de uso abusivo de drogas, do trabalho infantil, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para as pessoas que as vivem, experiências de desqualificação e de exclusão social, e que expressam também o quanto a sociedade pode "tolerar" e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la. Sobre isso, Iamamoto (2011) acrescenta que o serviço social e os movimentos sociais frequentemente se unem em coalizões e parcerias para alcançar objetivos comuns. Essas parcerias podem fortalecer a capacidade de ambos os grupos de influenciar políticas, mobilizar recursos e promover mudanças significativas na sociedade. Assim, essa colaboração, muitas vezes, resulta no desenvolvimento e implementação de

políticas sociais mais progressistas e inclusivas. Além disso, ao trabalhar em conjunto, eles podem amplificar suas vozes, mobilizar recursos e criar um impacto significativo na promoção da igualdade, dignidade e bem-estar para todos.

Hoje, o serviço social enfrenta uma série de desafios, incluindo a crescente desigualdade, a globalização, as mudanças demográficas e os impactos das crises humanitárias e ambientais. Os assistentes sociais continuam a desempenhar um papel vital na promoção da justiça social, no fortalecimento das comunidades e no apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.1 ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL AO LONGO DAS DÉCADAS

A área de Serviço Social passou por transformações e adaptações ao longo do tempo de acordo com as mudanças políticas, sociais e econômicas. Suas responsabilidades mudaram de acordo com o contexto histórico e as necessidades da sociedade, porém sempre priorizando o bem-estar social e a busca por direitos sociais. O trabalho social emerge como uma profissão ligada às práticas de solidariedade e ajuda social, com grande influência da Igreja Católica.

Os primeiros profissionais dessa área trabalhavam em setores como saúde, educação e auxílio a famílias necessitadas, principalmente por meio de projetos sociais e ações filantrópicas. As responsabilidades estavam relacionadas com a assistência de emergência, como a entrega de mantimentos, vestuário e medicamentos, e com a direção ética e espiritual das famílias.

Nesse sentido, com o passar dos anos, o Serviço Social no Brasil passou por um processo de evolução, deixando de lado uma abordagem assistencialista para se tornar uma profissão mais crítica e comprometida com a transformação da sociedade. As responsabilidades aumentaram e se tornaram mais complexas, acompanhando as diversas alterações sociais e econômicas do país, sempre com o objetivo de assegurar direitos e favorecer a equidade social.

Ao longo das décadas, as atribuições do serviço social têm evoluído em resposta às mudanças sociais, políticas e econômicas. Nos estágios iniciais, as atribuições do serviço social eram frequentemente associadas à prestação de assistência individualizada e caridosa às pessoas em situação de necessidade. Segundo Iamamoto (1985), os assistentes sociais trabalhavam em instituições como hospitais, orfanatos e escolas, oferecendo suporte

emocional, encaminhamentos e assistência prática para ajudar os indivíduos a enfrentar desafios pessoais e familiares.

Cabe lembrar que o Serviço Social no Brasil está intimamente ligado ao contexto histórico das décadas de 1920 e 1930, especialmente durante o Governo Vargas. Nesse período, houve uma ampliação significativa do papel do Estado, particularmente na configuração das políticas sociais. Esse ambiente foi crucial para o surgimento do Serviço Social como uma profissão formal no Brasil.

Segundo Iamamoto (1985), o Estado brasileiro, sob Vargas, começou a se estruturar como um agente central na regulação das relações sociais e econômicas, o que levou à criação de várias políticas sociais destinadas a atender as necessidades emergentes da população urbana e industrializada. Foi nesse cenário que o Serviço Social emergiu como uma profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, com a responsabilidade de implementar e gerir essas políticas sociais. Portanto, ao tratar do Serviço Social no Brasil, é fundamental reconhecer que o surgimento da profissão está diretamente relacionado a esse processo de expansão das funções do Estado e à necessidade de intervenção profissional nas questões sociais que emergiram nesse novo contexto.

O serviço social começou a se expandir para incluir um papel mais ativo na promoção da mudança social e na defesa dos direitos das populações marginalizadas. Os assistentes sociais se envolveram em campanhas por reformas trabalhistas, políticas sociais mais abrangentes e melhores condições de vida para os trabalhadores urbanos e rurais. Após a Segunda Guerra Mundial, as atribuições do serviço social continuaram a se ampliar, com um foco renovado na reconstrução e na promoção do bem-estar social. Os assistentes sociais desempenharam um papel fundamental na implementação de políticas de bem-estar social, programas de previdência social, seguro-desemprego, habitação subsidiada e saúde pública (Iamamoto, 1985).

Estevão (1992) pontua que, nas décadas de 1960 e 1970, o serviço social foi influenciado por movimentos sociais de base, como o movimento pelos direitos civis, o feminismo e o movimento pelos direitos das pessoas com deficiências. Os assistentes sociais expandiram suas atribuições para incluir o trabalho com grupos e comunidades, visando capacitar as pessoas a advogar por mudanças estruturais e a desafiar sistemas de opressão e discriminação.

Nas últimas décadas, as atribuições do serviço social foram moldadas pela globalização e pelo neoliberalismo, que enfatizam a privatização, a desregulamentação e o corte de gastos sociais. Os assistentes sociais enfrentam novos desafios, como a crescente

desigualdade, a precarização do trabalho, a migração em massa e a crise ambiental, enquanto continuam a defender os princípios de justiça social, equidade e direitos humanos.

Almeida e Alencar (2011) pontuam que o desenvolvimento do Serviço Social no campo do trabalho e políticas públicas é resultado de um processo histórico complexo e contínuo. Na medida em que o Estado assumiu um papel crescente na prestação de serviços sociais e na regulação das relações de trabalho, o Serviço Social se tornou cada vez mais interligado com as políticas públicas. Nesse contexto, os assistentes sociais passaram a desempenhar um papel fundamental na formulação, implementação e avaliação de políticas sociais destinadas a enfrentar as expressões da questão social

Em 2002, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou a obra "Atribuição privativa do/a assistente social em questão", que incluía um texto elaborado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI/CFESS) intitulado "Reflexões sobre as atribuições privativas do/a assistente social", juntamente com o texto da professora Marilda Iamamoto intitulado "Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do/a assistente social na atualidade". Essa brochura foi o resultado de um processo de discussão que teve início em 1998 e foi intensificado nos Encontros Nacionais do conjunto CFESS-CRESS em 2000 e 2001. O objetivo da divulgação desta brochura foi promover novas discussões e avançar na sistematização das questões debatidas, propondo-se aprofundamentos adicionais.

O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social é uma norma que estabelece os princípios, valores, direitos, deveres e responsabilidades éticas que norteiam a atuação dos assistentes sociais em sua prática profissional. Ele foi instituído pela Resolução CFESS nº 273/93, após a promulgação da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil.

Essa lei, de 1993, estabeleceu as diretrizes gerais para o exercício da profissão, definindo as competências e atribuições do assistente social, bem como os requisitos para o seu exercício. Além disso, a legislação também prevê a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS e CRESS), responsáveis por fiscalizar e orientar o exercício da profissão. Nesse sentido, ela é crucial para o ordenamento do Serviço Social no Brasil, estabelece as diretrizes que definem as competências e responsabilidades dos assistentes sociais, assegurando que a atuação profissional seja regida por parâmetros específicos e bem estabelecidos. Esse marco foi fundamental para fortalecer a atuação do assistente social no contexto do sistema de proteção social brasileiro, determinando os critérios essenciais para o exercício da profissão.

Adicionalmente, a implementação dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social é uma ação fundamental determinada pela legislação. Essas entidades têm a responsabilidade de supervisionar e direcionar a prática da profissão, certificando-se de que as condutas dos assistentes sociais estejam de acordo com os valores éticos e jurídicos da área. Os Conselhos desempenham o papel de zeladores da conduta profissional e são encarregados de promover o aprimoramento constante dos profissionais, garantindo também que o Serviço Social desempenhe sua função na sociedade de forma eficiente e ética.

As atribuições englobam a importância de realizar investigações para reconhecer as necessidades sociais e realidades da população, o que é crucial para o planejamento de políticas sociais, como a Assistência Social, que respondam, eficientemente, às necessidades da comunidade. Ademais, a criação e implementação de programas, projetos, benefícios e serviços são essenciais para assegurar que as intervenções e as políticas sociais sejam aplicadas de maneira a promover a igualdade social e o bem-estar dos beneficiários. Essas responsabilidades não somente guiam as ações dos assistentes sociais, mas também certificam que suas atividades estejam em conformidade com os propósitos e diretrizes determinados pela legislação em vigor.

As atribuições privativas dos assistentes sociais, conforme definidas pela Lei n. 8.662/93, incluem diversas responsabilidades que são exclusivas desses profissionais. Essas são essenciais para garantir a defesa dos direitos dos usuários e a efetiva implementação das políticas públicas. O destaque para elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais: os assistentes sociais são responsáveis por todo o ciclo de políticas sociais, desde a elaboração até a avaliação, assegurando que essas políticas atendam às necessidades da população e promovam a justiça social. Outra possibilidade é a de planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais, além de elaborar políticas, os assistentes sociais têm a atribuição de organizar e gerenciar os benefícios e serviços sociais oferecidos pelo Estado e outras instituições, garantindo que sejam acessíveis e eficazes.

A lei ainda coloca que é possível realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de concessão de benefícios e serviços sociais. Essa atribuição é fundamental para que os assistentes sociais possam avaliar as condições socioeconômicas dos usuários, permitindo uma distribuição justa e criteriosa dos benefícios e serviços. É de responsabilidade encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população, onde os assistentes sociais orientam e encaminham os usuários para a rede de serviços, ajudando-os a acessar seus direitos e superar situações de vulnerabilidade (Brasil, 1993).

A lei ainda propõe que é de responsabilidade do assistente social dirigir e coordenar instituições públicas ou privadas na área de Serviço Social. Os profissionais também podem ocupar cargos de direção e coordenação, sendo responsáveis pela gestão de instituições que atuam na área social. Essas atribuições são fundamentais para o papel do assistente social, que deve garantir que as políticas sociais sejam elaboradas e implementadas de maneira justa, eficaz e inclusiva, sempre com o objetivo de promover o bem-estar e a justiça social para todos os cidadãos.

Nesse contexto, o Código de Ética Profissional se consolida como norma de extrema importância, por servir como um guia ético que orienta e regula a conduta dos profissionais de serviço social em seu trabalho cotidiano.

Oliveira, Sander e Sampaio (2020) pontuam que o Código estabelece os princípios fundamentais pelos quais os assistentes sociais devem pautar sua prática, como justiça social, respeito à dignidade humana, autonomia e não discriminação. Isso fornece uma base ética sólida para o exercício da profissão.

Diante de situações complexas e dilemas éticos, o Código oferece orientação aos assistentes sociais, ajudando-os a tomar decisões éticas e moralmente justificáveis que estejam alinhadas com os valores da profissão. Ele ainda é responsável por estabelecer os direitos dos usuários dos serviços sociais, garantindo que sejam tratados com respeito, dignidade e consideração. Ele também estipula os deveres e responsabilidades dos assistentes sociais em relação à confidencialidade, à competência profissional e à prestação de serviços de qualidade.

Em suma, o Código serve como um mecanismo de prevenção de abusos e má conduta profissional, orientando que os assistentes sociais atuem de forma ética e responsável, evitando qualquer forma de discriminação, negligência ou violação dos direitos dos usuários.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E CONTEMPORANEIDADE

A profissão de Serviço Social se depara constantemente com obstáculos na atualidade, em meio a mudanças econômicas, sociais e políticas marcantes. A globalização, por exemplo, promoveu transformações profundas nas formas de trabalho, interações sociais e políticas governamentais. A interligação dos mercados e o fluxo de indivíduos e dados influenciam diretamente o papel do assistente social, que deve se ajustar a um cenário mais intrincado e interdependente.

Iamamoto (2007), em sua obra “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional”, apresenta uma minuciosa avaliação das mudanças e obstáculos enfrentados pela profissão na atualidade. Essa área do conhecimento acompanhou nos últimos anos as transformações econômicas, sociais e políticas, que de certa forma, tiveram influência na atuação desse profissional. Isso se deu, principalmente, pelas consequências das políticas neoliberais e da reorganização produtiva no ambiente de trabalho dos assistentes sociais, destacando a vulnerabilidade do emprego e o agravamento das disparidades sociais.

A função do profissional de serviço social nos dias de hoje é de grande relevância, uma vez que ele precisa desenvolver habilidades que ultrapassam o conhecimento técnico, abrangendo a capacidade de avaliação crítica e o comprometimento ético com a equidade social. Iamamoto (2007) ainda ressalta a importância de uma educação universitária que capacite os indivíduos para lidar com os obstáculos do ambiente profissional, integrando teoria e prática e fomentando um envolvimento ético e político com a mudança social.

Netto (2011) chama a atenção para a atenção do papel do governo, que por sua vez continua apoiando os interesses do setor privado, as políticas sociais públicas, necessárias dentro do atual sistema, estão se tornando mais fragmentadas e específicas. Isso dificulta garantir que a classe trabalhadora tenha o mesmo acesso aos serviços fornecidos por essas políticas, como previdência, saúde, educação, assistência social, segurança, acesso à cidade, arte, cultura, meio ambiente sustentável, saneamento, entre outros, que são parte das instituições públicas do país.

As políticas sociais são onde assistentes sociais desenvolvem seu trabalho, por meio de planos, programas e projetos sociais, e é essencial entender como essas políticas são construídas. Sendo assim, o Serviço Social deve ser competente em atender às exigências emergentes e em defender os direitos sociais e humanos. Ademais, a presença ainda da inovação e da adoção de novas tecnologias na prática do Serviço Social, além da importância de uma educação continuada e de uma abordagem interdisciplinar para lidar com a complexidade dos dilemas sociais contemporâneos (Netto, 2011).

Amaro (2011) propõe que o Serviço Social deve ser crítico, inovador e engajado com a transformação social. Ela argumenta que a profissão precisa estar alerta às mudanças na sociedade e adotar uma prática que promova a igualdade e a equidade. Assim, esse profissional deve sempre buscar por uma formação que o habilite a lidar com os desafios da atualidade, mantendo um compromisso ético e político com a justiça social e a proteção dos direitos humanos.

Iamamoto (2007) ainda pontua que atuação do assistente social se potencializou com o crescimento das disparidades de classes sociais, que, por sua vez, está em constante crescimento, motivada por um modelo econômico que beneficia poucos em detrimento da maioria, o que requer dos profissionais de serviço social uma visão analítica e ações efetivas para garantir igualdade e equidade. Cabe lembrar, que atualmente, a pobreza não está restrita apenas à escassez de dinheiro, mas abrange também a carência de serviços essenciais, ensino de excelência, cuidados médicos adequados e habitação decente. É crucial que o profissional de serviço social consiga reconhecer e intervir nessas diversas facetas da pobreza.

Portanto, o profissional de serviço social exerce sua função como protetor dos direitos sociais e humanos, combatendo a exclusão e o preconceito. Sua atuação é fundamental para assegurar a aplicação justa e igualitária das políticas públicas. Sobre isso, Yazbek (2008) coloca que a diversidade dos desafios sociais atuais demanda uma abordagem conjunta com distintas áreas de expertise. Assim, a atuação em equipe interdisciplinar possibilita abordagens mais completas e eficientes. Deste modo, é essencial que o profissional de Serviço Social participe do fomento à participação popular e do estímulo à conscientização acerca das problemáticas sociais. Isso envolve incentivar a reflexão sobre os direitos, responsabilidades e a relevância da empatia e da igualdade social.

A importância de uma formação completa e ampla para os profissionais do Serviço Social, que precisa abranger não apenas o conhecimento das técnicas e estratégias específicas da área, mas também o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre a prática social. O preparo para lidar com a complexidade e as demandas da profissão exige foco na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, garantindo que os profissionais estejam aptos a atender plenamente às necessidades da comunidade e colaborar efetivamente com a implementação das políticas sociais. Sobre isso, Iamamoto (2007, p. 09) coloca que

Nessa perspectiva, a formação profissional deve privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção social”. Esse caminho está fadado a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corresse o perigo do assistente social ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc - a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com profissão.

Ampliando essa discussão, Lara e Maranhão (2019) colocam que é essencial que o assistente social se mantenha atualizado e em constante formação para estar apto a lidar com

os desafios do mundo moderno. Isso engloba não apenas a educação tradicional, mas também a interação com outros profissionais e a participação em palestras, cursos e grupos de estudo, justamente para promover a inclusão e a garantia dos direitos sociais. Além disso, é fundamental que estejam em constante atualização e formação, a fim de enfrentar os desafios e demandas da profissão de forma ética e competente. O trabalho do profissional de Serviço Social deve ser pautado em princípios como autonomia, igualdade e solidariedade, visando sempre a transformação das condições de vida das pessoas atendidas.

Pastorini (2010) pontua que o surgimento e a ampliação das novas tecnologias no campo do Serviço Social podem potencializar as ações, ampliando sua eficácia e alcance. O uso de ferramentas digitais possibilita facilitar o acompanhamento, a implementação e a análise de políticas e projetos sociais. Sobre isso, Veloso (2011, p. 68) discorre que

[...] evidencia-se, assim, uma luta pela apropriação e pelo uso da tecnologia, entendendo-a como importante questão política e social. Cabe aos sujeitos comprometidos com práticas democratizantes e emancipadoras buscar caminhos que possam engendrar sua apreensão e aplicação em favor dos interesses da classe trabalhadora. Assim, o que se levanta é justamente a possibilidade de o recurso tecnológico mediar o fortalecimento de princípios favoráveis aos trabalhadores.

Percebe-se que as inovações tecnológicas são um campo de disputa entre os interesses das classes sociais principais, ou seja, capitalistas e trabalhadores. Inicialmente, essas inovações são desenvolvidas para atender às demandas do capital, visando principalmente a diminuição da mão de obra. No entanto, ao longo da história, as Tecnologias da Informação podem ser utilizadas em benefício dos trabalhadores, desde que não sejam empregadas de maneira enganosa, simplista ou limitante. Dessa forma, destaca-se a importância da Tecnologia da Informação, especialmente para o gerenciamento de informações e dados. Assim, ao utilizá-la, é possível obter maior rapidez no acesso às informações e aos dados, bem como aprimorar a sua análise.

Ainda sobre isso Veloso (2011, p. 118 apud Cortes, 2023, p.) postula que

A utilização da tecnologia da informação pelo Serviço Social deve ser pensada como mediação, como integrante de um conjunto de instrumentos, teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-instrumentais socialmente construídos que possibilitem à profissão alcançar as finalidades presentes em seu projeto profissional. Trata-se de um recurso que possui um potencial estratégico para seu trabalho profissional (...). Sua importância reside na possibilidade de potencializar, de imprimir uma mudança qualitativa ao trabalho profissional, a partir de seu uso como recurso capaz de propiciar a ampliação das capacidades e habilidades profissionais.

Ressalta-se que a ampliação das habilidades e das capacidades propiciadas pelo uso da Tecnologia da Informação podem fomentar a capacidade e a dimensão investigativa da profissão, a partir de uma aproximação inicial da descrição dos dados, e, que, posteriormente, pode ser mais bem trabalhada, com o uso de outros instrumentos, como a entrevista. Em função disso, pode-se depreender que a importância do uso da Tecnologia da Informação pode ser imensurável, pois propicia fontes, registros, produção e recuperação de dados e outros.

3. SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA

Os profissionais do Serviço Social têm um papel de extrema importância ao se envolver diretamente com estudantes, famílias e a comunidade escolar, com o objetivo de implementar ações que abordem questões como disparidades sociais, problemas familiares e questões emocionais. Eles auxiliam na elaboração de estratégias que não apenas buscam resolver questões imediatas, mas também prevenir desafios futuros, trabalhando em conjunto com professores e diretores para estabelecer práticas que promovam o desenvolvimento completo dos alunos. Dessa forma, o Serviço Social contribui de forma significativa para a criação de um ambiente educacional mais justo e igualitário, onde cada aluno tem a chance de atingir todo o seu potencial.

O trabalho social na educação básica possui uma função essencial na melhoria da qualidade de vida e no crescimento completo dos discentes. A presença de profissionais nas instituições de ensino é indispensável para identificar e agir diante de situações de fragilidade que possam afetar de maneira adversa o desempenho e a evolução dos estudantes. Essa atuação segue princípios de igualdade social, justiça e proteção dos direitos humanos, visando assegurar um ambiente escolar inclusivo e receptivo.

Segundo Souza (2022), a presença do Serviço Social na área educacional teve início com o processo de profissionalização, sendo que as escolas já eram locais de atuação desde os primeiros tempos da profissão, nos anos 1930, no Brasil. A evolução da profissão nas escolas variou de acordo com o contexto histórico e geográfico; os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais tiveram um impacto significativo no trabalho das(os) assistentes sociais em seus locais de atuação.

Nesse contexto, a atuação dos profissionais de Serviço Social dentro das escolas tem se transformado e aprimorado com o decorrer dos anos, acompanhando as transformações nas demandas educacionais e sociais. Esta evolução evidencia a capacidade da profissão em se adaptar às novas exigências e realidades do ambiente escolar, destacando a relevância do Serviço Social na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e de apoio a todos os alunos. Ao longo do tempo, os especialistas têm se dedicado não apenas a resolver problemas emergentes, mas também a colaborar na formulação de políticas e ações que visam promover o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos estudantes, alinhando-se com os princípios e metas estabelecidas pelas escolas.

Na América Latina, a presença do assistente social nas instituições de ensino, de acordo com Ottoni (1978), ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de

reestruturar a sociedade e lidar com um grupo diversificado de pessoas com diferentes formações e ideias, incluindo os ex-alunos e novas gerações de profissionais. As escolas e profissionais mais antigos resistiram às mudanças propostas. Em um cenário em que a influência da Igreja era forte na vida das pessoas, com ações baseadas em princípios cristãos para disciplinar a classe trabalhadora de acordo com a ordem e os valores capitalistas, as profissionais atuavam, nas décadas de 1930 e 1940, com o intuito de ajudar e promover a integração social. Durante esse período, as escolas eram consideradas como locais de "ação social", onde se buscava preparar os estudantes para uma vida plena e equilibrada, incentivando o desenvolvimento de aspectos positivos de sua personalidade e caráter.

Ressalta-se que foi no primeiro encontro Pan-Americano, em 1945 - momento em que começaram as trocas de conhecimento, experiências e debates sobre a profissão - que a área da Educação, ao lado da Saúde, ganhou destaque nas discussões e decisões. Com a chegada dos anos 1950, assistentes sociais foram chamados a trabalhar cada vez mais com as classes desfavorecidas, buscando adotar uma abordagem mais moderna e avançada em prol do fortalecimento do sistema econômico capitalista. O profissional passou a se envolver de maneira mais ativa com a classe trabalhadora, adotando um papel pedagógico de envolvimento, de participação mais direta (que incluía a supervisão e controle das ações dos indivíduos), ainda seguindo os padrões da classe dominante (Souza, 2022).

Abreu (2018) pontua que a atuação no ambiente educacional seguia a corrente de pensamento desenvolvimentista centrada na formação social dos indivíduos, visando torná-los, de acordo com suas habilidades, cidadãos produtivos e úteis para a economia. Resumidamente, o trabalho da Assistente Social era baseado na busca pela organização social, crescimento, desenvolvimento e envolvimento da comunidade; estrategicamente, visava engajar a população em programas governamentais, com o intuito de distrair e evitar qualquer tipo de movimento ou revolta social.

Essa perspectiva desenvolvimentista refletia uma visão na qual o papel dos assistentes sociais estava diretamente relacionado aos interesses políticos e econômicos daquela época. Os profissionais buscavam não apenas atender às necessidades imediatas da população, mas também moldar os indivíduos socialmente para assegurar a estabilidade e o controle social. Ao estimular a participação em iniciativas governamentais, o Serviço Social procurava integrar os cidadãos ao sistema em vigor, ao mesmo tempo em que controlava e moderava possíveis protestos sociais. Esse contexto histórico ressalta como o Serviço Social se adaptou ao longo dos anos, ajustando suas abordagens e práticas em resposta às transformações nas políticas e nas demandas da sociedade.

Com a redefinição do projeto profissional do Serviço Social durante o Movimento de Reconceitualização, a partir dos anos 1960, a abordagem pedagógica da profissão passou a buscar imprimir um caráter emancipatório para o ser social - especialmente das classes menos favorecidas. As estratégias pedagógicas anteriores, baseadas em "ajuda" e "participação" com um viés de bondade e persuasão, agora adotam um tom de questionamento da ordem estabelecida, com a intervenção profissional focando em uma abordagem educacional.

Registra-se que, neste período, a ausência de alunos, os resultados negativos, a falta de competência e o desafio no processo de aprendizagem, comportamento inadequado dos estudantes impactando nas aulas e na ordem escolar, eram questões direcionadas ao Serviço Social. No entanto, era uma tarefa que poderia ser realizada em colaboração com outras áreas da escola, buscando uma abordagem sociopedagógica, visando mudar a percepção e o tratamento dado aos alunos considerados mais problemáticos (Abreu, 2018).

Amaro (2011) pontua que, na virada da década de 1970 para a de 1980, novas atribuições e demandas ao Assistente Social começam a surgir: identificação de casos de desajuste social, com aconselhamento aos pais e professores sobre o tratamento adequado dos alunos e filhos; análise da situação social e econômica dos estudantes e suas famílias; orientação às famílias em questões previdenciárias; elaboração de relatórios e compartilhamento de informações sobre suas atividades, entre outras.

A partir deste momento, começa a se difundir a noção crítica de que a escola está sendo usada como instrumento ideológico, isto é, para influenciar/reproduzir os interesses da educação massificadora, tradicional e capitalista. Diante disso, o Serviço Social desenvolve práticas que também buscam problematizar a educação levando em conta os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, assim como as contradições e desigualdades de classe que permeiam o ambiente escolar.

Na década de 1980/1990, a sociedade brasileira atingiu um marco importante com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que resultou em mudanças significativas nas políticas sociais e no progresso dos direitos sociais. Isso teve um impacto positivo no campo do Serviço Social, principalmente em áreas como assistência social, saúde e educação, elevando o reconhecimento da profissão. Nesse período, a aproximação com a teoria de Marx e do método histórico-dialético permitiu aos profissionais analisar de forma mais crítica a sua formação e atuação.

Entre as vivências dos Assistentes Sociais na área educacional, nesse período, destacam-se as ações realizadas, em Centros Especializados, com pessoas com deficiência e suas famílias; a identificação de situações de desajuste social e escolar, a integração entre

família e escola e a adaptação da família aos valores da instituição de ensino; a realização de pesquisas sobre a trajetória de vida dos estudantes; a resolução de questões como evasão, repetência, desmotivação, problemas de relacionamento, ausências nas aulas; e outros problemas escolares relacionados a questões familiares e comunitárias. Essas ações ainda se fazem presentes nos dias atuais (Amaro, 2011).

Souza (2012) coloca que, a partir de 1990, nota-se que os profissionais passaram a atuar mais em coordenadorias e secretarias de educação, assessorando professores, pedagogos e psicólogos em processos de avaliação; implementando políticas de Gestão Democrática na rede pública de ensino; estabelecendo conselhos escolares; além de promover ações socioeducativas sobre temas como drogas, gravidez na adolescência, violência infantil e depressão juvenil.

Do ano 2000 até hoje, a relação do Serviço Social com a área da educação ganha novo destaque, com um enfoque pedagógico voltado para a busca da emancipação social. Esse novo caminho é marcado pela expansão de profissionais discutindo e publicando sobre o assunto (seja na forma de estudos teóricos ou relatos de experiência); criação de especializações sobre Serviço Social na Educação e assuntos correlatos; compartilhamento de experiências de profissionais atuantes na área, por meio de eventos científicos e técnicos; elaboração, em diversas cidades, de projetos de lei para a presença de assistentes sociais nas escolas e a promulgação de uma lei nacional (Lei n. 13.935/2019) para a inserção de assistentes sociais e psicólogos no ensino básico, após duas décadas de luta; e concursos públicos para atuação em escolas e secretarias de educação.

Os profissionais do Serviço Social atuam na identificação de estudantes em condições de vulnerabilidade social, tais como dificuldades familiares, escassez financeira, abuso doméstico e carência de acesso a serviços essenciais. Deste modo, conduzem entrevistas, fazem visitas nas casas dos alunos e se reúnem com outros membros da equipe escolar com o objetivo de compreender de forma abrangente as necessidades dos estudantes. A realização deste estudo é fundamental para a elaboração de um plano de ação eficiente e para a indicação dos recursos e serviços apropriados. Por meio das visitas realizadas nas residências, os assistentes sociais conseguem ter uma compreensão mais ampla da realidade familiar e das condições de vida dos estudantes, aspectos essenciais para identificar os elementos que podem prejudicar o desempenho acadêmico e o bem-estar dos jovens.

Além disso, a parceria estabelecida com a equipe escolar possibilita uma abordagem mais articulada, na qual as demandas dos alunos são discutidas e atendidas de forma conjunta, favorecendo uma resposta mais eficaz diante das situações de fragilidade. Deste modo, o

trabalho dos profissionais de Serviço Social não apenas auxilia diretamente os estudantes, mas também contribui para a criação de uma rede de apoio e a mobilização de recursos com o intuito de promover a melhoria das condições de vida e o acesso aos direitos essenciais.

Souza (2012) pontua que esses proveem suporte psicossocial aos estudantes e seus familiares, auxiliando-os a enfrentar questões emocionais e sociais que possam impactar no processo de ensino-aprendizagem e na qualidade de vida. Além disso, criam projetos de suporte, como rodas de conversa e *workshops*, com o intuito de promover a resiliência e as competências sociais dos estudantes.

Souza (2022) coloca que os profissionais de serviço social desempenham um papel fundamental ao conectar a escola a diferentes entidades, como hospitais, centros de assistência social e ONGs, assegurando que os estudantes e seus familiares recebam o apoio e os recursos de que precisam. Ainda, colaboram com professores, psicólogos escolares e demais especialistas a fim de estabelecer um ambiente escolar de parceria e apoio mútuo. Deste modo, podem incentivar a integração de estudantes com deficiências, assegurando que eles recebam um ensino de excelência e sejam providos das adaptações indispensáveis para sua completa evolução.

Amaro (2011) amplia a discussão ao dizer que esses profissionais podem ainda propor a criação de políticas e metodologias escolares que valorizem a variedade e incentivem a equidade de acesso para todos os alunos. Medidas de precaução e ação em cenários de confronto, atuando em cenários de desavença, intimidação e agressão nas escolas, fornecendo assistência e auxílio para solucionar questões de maneira positiva. Assim, podem elaborar iniciativas de prevenção, tais como campanhas educativas e ações que incentivem a harmonia e a cortesia entre as pessoas.

Contudo, uma das principais dificuldades encontradas pelos profissionais de serviço social na área da educação básica é a escassez de recursos e estrutura apropriada para exercer suas funções de maneira eficiente. Frequentemente, ocorre uma grande procura por serviços, porém a quantidade de profissionais disponíveis é insuficiente, o que pode impactar na capacidade de atendimento. Isto demonstra o desafio da luta por melhores condições de trabalho e realização de concursos públicos para a atuação na educação.

Destaca-se também que é fundamental que os profissionais de serviço social sejam capacitados de forma constante e diferenciada para enfrentar os desafios do contexto escolar e atender às demandas dos estudantes. Abreu (2011) ainda coloca que é imprescindível adquirir conhecimento em assuntos relacionados aos direitos infantojuvenis, resolução de conflitos e estratégias educacionais, a fim de desempenhar um trabalho eficiente. Nesse contexto, é

fundamental que os profissionais da área de Serviço Social detenham um conhecimento específico para lidar de maneira eficaz com os diversos desafios enfrentados por crianças, adolescentes e suas famílias. Entender os direitos das crianças e jovens permite aos assistentes sociais garantir que eles recebam a proteção e o apoio necessários.

A habilidade de solucionar conflitos é essencial para intermediar disputas tanto no âmbito escolar quanto familiar, contribuindo para um convívio mais harmonioso e produtivo. Ademais, a aplicação de práticas educacionais adequadas assegura que as intervenções sejam eficazes e adaptadas às necessidades individuais de cada estudante. Dessa forma, a educação continuada e a especialização nessas áreas são fundamentais para a atuação profissional, assegurando que os assistentes sociais possam oferecer um suporte de qualidade e promover o desenvolvimento integral dos alunos.

Assim, a atuação do Serviço Social no contexto da educação fundamental também inclui a promoção de medidas governamentais que assegurem o acesso à educação de excelência para toda a população. É importante que os assistentes sociais estejam presentes em discussões políticas, contribuindo para o desenvolvimento e execução de medidas que visem à inclusão e ao cuidado com os estudantes.

Em suma, os profissionais de Serviço Social têm um papel fundamental ao identificar fragilidades, promover o bem-estar dos estudantes e estabelecer redes de apoio, colaborando para a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Apesar dos obstáculos, sua atuação é essencial para assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de excelência e às condições necessárias para seu pleno crescimento.

3.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

A educação básica no Brasil, em linhas gerais, está dividida em etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio. E de maneira transversal, tem-se ainda as modalidades de ensino, como o exemplo da Educação Especial numa perspectiva inclusiva e Educação Quilombola.

Todas elas são regulamentadas por diversos documentos oficiais, que estabelecem diretrizes, metas e objetivos para cada etapa da educação básica. A própria Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, abordando aspectos como os objetivos, a carga horária, a formação de professores e a articulação entre os entes federados. O Plano

Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/14 estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país, incluindo metas para contemplar a universalização do atendimento e a melhoria da qualidade em todo o país.

Mais recentemente, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. A legislação tem o objetivo de garantir direitos, padrões de qualidade e diretrizes pedagógicas. Nesse contexto, é importante que educadores, gestores escolares e demais profissionais da educação estejam familiarizados com esses documentos para garantir a implementação adequada das políticas educacionais.

A educação infantil é a primeira etapa, destinada a crianças com idades entre zero e cinco anos. Esse momento é considerado de extrema importância para o desenvolvimento integral das crianças, uma vez que dentre os seus objetivos, tem o destaque de promover o bem-estar, a socialização, a autonomia, bem como o de estimular o desenvolvimento cognitivo e motor da criança. Ela é dividida em dois ciclos: Creche: atende crianças de zero a três anos. Pré-Escola: atende crianças de quatro a cinco anos. Os principais desafios dela são: proporcionar experiências que promovam a expressão e a comunicação; incentivar a socialização e o respeito às diferenças.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p. 36)

[...] na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nesse contexto, as abordagens pedagógicas são variadas, com ênfase no lúdico, na brincadeira e na interação, justamente para estimular a criatividade e o desenvolvimento da linguagem. A avaliação se dá pela perspectiva formativa e processual, voltada para o acompanhamento do desenvolvimento da criança. Nela, evita-se a aplicação de provas tradicionais, dando preferência a observações contínuas e registros. Segundo Arroyo (2009), a educação infantil é crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças,

preparando-as para as etapas seguintes da educação básica. Nesse contexto, é importante ressaltar que é necessário apresentar práticas de qualidades, pois serão essenciais para garantir bases sólidas para o aprendizado futuro.

O Ensino Fundamental atende crianças e adolescentes na faixa etária dos 6 aos 14 anos. Essa etapa está dividida em dois ciclos, com duração total de nove anos. O primeiro abrange os anos iniciais (1º ao 5º ano), e o segundo contempla os anos finais (6º ao 9º ano). Ele é obrigatório e gratuito na rede pública de ensino para todas as crianças na faixa etária correspondente. Sendo assim, exerce um papel crucial na formação básica dos estudantes, preparando-os para etapas educacionais subsequentes. A qualidade dessa etapa é fundamental para garantir uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos (Brasil, 2017).

O Ensino Médio no Brasil é a etapa final da Educação Básica e é destinado a adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, embora a faixa etária possa variar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as competências e habilidades que todos os alunos devem desenvolver. Atualmente, além da parte comum, os alunos podem escolher itinerários formativos que se alinhem a seus interesses e projetos de vida. Essas possibilidades permitem aos alunos se concentrarem em campos de estudo específicos, como Humanidades, Ciências Naturais, Linguagens e Matemática, oferecendo uma formação mais especializada e adaptada às suas ambições e metas futuras. A adaptabilidade no plano de estudos busca incentivar uma educação mais individualizada e voltada para o desenvolvimento profissional e acadêmico dos jovens.

A proposta dessa etapa é a de preparar os estudantes para a continuidade dos estudos no ensino superior ou para o ingresso no mercado de trabalho. Nesse viés, algumas escolas oferecem cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, proporcionando uma formação mais específica. Em suma, trata-se de uma fase crucial na formação dos estudantes, representando um momento de transição para a vida adulta e influenciando suas escolhas futuras. A qualidade dessa etapa é fundamental para garantir uma preparação adequada para os desafios acadêmicos e profissionais que os alunos enfrentarão após a conclusão.

Para tanto, cabe lembrar que muitos são os desafios encontrados ao longo do processo de escolarização, dentre eles, as disparidades na qualidade e acesso à educação e as diferenças significativas entre escolas em áreas urbanas e rurais; privadas e públicas. Sobre isso, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1989) pontua que muitas são as questões relacionadas à educação no contexto brasileiro, envolvendo desafios, problemas e possíveis soluções. O destaque está para as desigualdades sociais que de certa forma influenciam o

processo educacional no país. Para ele, isso é fruto da relação entre educação e estrutura social e a maneira que ela implica nas desigualdades educacionais. Contudo, ele acredita que a educação é um importante instrumento de transformação social, desde que as políticas públicas educacionais no Brasil sejam efetivamente colocadas em prática.

Demerval Saviani (2005), um dos marcos na área de filosofia da educação e pedagogia no Brasil, em sua obra, busca compreender e transformar a educação por meio do entendimento das relações sociais e históricas. Ele propõe a discussão sobre a concepção dialética da educação, destacando a relação entre teoria e prática, conteúdo e forma, e o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa. Assim, defende a ideia de que a educação desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, e a escola, por sua vez, pode ser um instrumento de emancipação e formação crítica.

Na contribuição da mudança de contexto, e na efetivação de direitos, tem-se a atuação do Serviço Social na educação básica. Em linhas gerais, a profissão assume o papel de agente de promoção de políticas sociais e busca garantir o acesso, permanência, participação e qualidade na educação. Adicionalmente, os especialistas em Serviço Social atuam na identificação e intervenção em circunstâncias de fragilidade social que possam impactar o desempenho e a integração dos alunos, colaborando com a equipe escolar na elaboração de estratégias que fomentem um ambiente educacional mais justo e inclusivo. Esta atuação é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua situação econômica, tenham acesso a oportunidades de aprendizado e crescimento pleno, contribuindo para a formação de uma comunidade mais equânime e solidária.

Segundo Amaro (2005), as principais áreas de atuação do Serviço Social na Educação Básica incluem: a atuação do profissional de Serviço Social na identificação e intervenção em situações de vulnerabilidade social entre os alunos e suas famílias. Ele é responsável ainda por realizar ações de prevenção e combate ao abandono escolar, buscando entender e mitigar os fatores sociais que podem influenciar no desempenho educacional. Atua no fortalecimento dos vínculos familiares, promovendo a participação ativa dos responsáveis na vida escolar dos estudantes. Realiza visitas domiciliares para compreender o contexto familiar e identificar possíveis necessidades de intervenção.

Sarita Amaro (2005) em seu livro *Serviço Social em Escolas* pontua ainda que

[...] na maior parte das vezes é você mesmo quem inaugura o espaço profissional do Serviço Social naquela instituição, unidade ou programa educacional. Ou seja, salvo exceções, não há referências profissionais anteriores. Essa realidade coloca a importância de seu protagonismo ativo e

ação competente, pois você é a referência, você representa a identidade do assistente social (em retroação ou expansão) naquele lócus. (Amaro, 2005, p. 32).

Nesse contexto, a presença do profissional de Serviço Social na instituição, unidade ou programa educacional assume um papel fundamental, uma vez que é responsável por estabelecer padrões, práticas e contribuições que moldaram a percepção e a compreensão do serviço naquele ambiente. Em outras palavras, pode-se dizer que ele assume o papel de agente ativo na construção e definição do seu papel na instituição educacional, desempenhando uma função essencial na formação e consolidação da presença do Serviço Social naquele espaço.

Ampliando essa discussão, Almeida (2007) pontua as mudanças no cenário educacional e como essas transformações influenciam a atuação do Serviço Social. Isso pode incluir questões como a expansão do acesso à educação, políticas educacionais e a diversidade de contextos educacionais. Sendo fruto das demandas emergentes na sociedade contemporânea que impactam a atuação do Serviço Social na área educacional, envolvendo ainda, questões relacionadas à diversidade, inclusão, tecnologia, entre outras.

O Serviço Social na Educação tem expandido suas fronteiras, abrangendo não apenas escolas, mas também outras instituições educacionais e programas sociais relacionados. Almeida (2007) ainda coloca que essa relação é cercada por desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social e sua atuação na Educação. Essa área de atuação fortalece a identidade e papel desse profissional nesse ambiente, destacando o protagonismo e a contribuição específica desse. Cabe lembrar que não se trata da atuação unilateral, mas de uma colaboração entre diferentes profissionais (psicólogos, pedagogos, entre outros) na promoção do bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes.

3.2 LEI 13.935/19: NOTAS INICIAIS E CONCEITUAIS

Para fortalecer e ratificar a importância dessa área no contexto escolar, tem-se a lei n. 13.935/19, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a

participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições (Brasil, 2019).

Essa diretriz destaca a relevância de articular as atividades da equipe interdisciplinar com o plano político-pedagógico das escolas, garantindo que as ações e estratégias adotadas estejam alinhadas com os objetivos e diretrizes educacionais propostas. O prazo de um ano dado aos sistemas de ensino para a execução dessas medidas visa garantir que as alterações necessárias sejam implementadas de maneira planejada e eficiente, promovendo uma integração coesa entre as políticas e práticas educacionais. A parceria entre a equipe interdisciplinar e as instituições de ensino é fundamental para construir um ambiente escolar que atenda às necessidades diversas dos alunos e garanta a qualidade do ensino oferecido.

A lei reforça o ideal de atuação dos profissionais de Serviço Social e Psicologia, que, em linhas gerais, terão o objetivo de intervir em situações de conflito no ambiente escolar, buscando soluções que promovam a convivência pacífica e o respeito mútuo. Assim, colaborarão com a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e seguro.

Outra proposta da lei é o de ampliar o trabalho para garantir a inclusão de pessoas com deficiência, colaborando na implementação de adaptações e recursos necessários para a aprendizagem. Colabora na implementação e gestão de políticas de assistência estudantil, como programas de alimentação, transporte escolar e fornecimento de material didático. Nesse contexto, a escola ainda terá o papel de estabelecer parcerias com a comunidade local para fortalecer a relação entre a escola e o entorno, buscando soluções conjuntas para os desafios enfrentados.

A atuação do profissional na educação, segundo Amaro (2011), contribui para a orientação profissional dos estudantes, apoiando na escolha de carreiras e na compreensão das possibilidades de continuidade dos estudos. Isso porque ele terá o papel de incentivar a participação ativa dos estudantes em processos decisórios, promovendo a democracia e a cidadania na escola.

Assim, a atuação do Serviço Social na Educação Básica deve ser guiada pelos princípios éticos e políticos da profissão, visando a garantia de direitos, a equidade e a justiça social no contexto educacional. O assistente social, enquanto profissional da educação, é de

extrema importância, uma vez que contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

3.3 ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os profissionais de serviço social exercem papéis fundamentais na detecção e atuação em contextos de fragilidade, trabalhando em parceria com a equipe educacional para elaborar métodos que incentivem a integração e a permanência dos estudantes no ambiente escolar. Adicionalmente, eles auxiliam na formulação de diretrizes e métodos que atendem às exigências individuais de cada aluno, garantindo que todos recebam uma educação de excelência e estejam em um ambiente escolar protegido e receptivo.

Assim, a atuação dos profissionais de Serviço Social na área da educação básica é respaldada por normas e orientações que enfatizam a relevância de seu papel na promoção de um ambiente escolar que acolha a diversidade e a igualdade. Eles atuam de acordo com os princípios de equidade, defesa dos direitos humanos e garantia do bem-estar dos estudantes.

Para Amaro (2011), esses profissionais podem atuar na identificação e acompanhamento de casos de vulnerabilidade, ou seja, efetuar avaliações sociais dos estudantes, detectando circunstâncias de perigo e fragilidade que possam impactar seu rendimento acadêmico e qualidade de vida. Acompanhar de perto o progresso dos estudantes em situação de vulnerabilidade, sugerindo ações apropriadas para assegurar que continuem frequentando a instituição de ensino.

Abreu (2002) pontua que o serviço social deve atuar na ação psicossocial, proporcionando suporte psicossocial aos estudantes e seus familiares, ajudando a solucionar questões que impactam no processo de ensino-aprendizagem e no crescimento escolar. Para isso, é preciso elaborar estratégias de prevenção e iniciativas de suporte para fomentar a saúde emocional e social dos estudantes.

Outra frente é na conexão entre redes de apoio social, que em outras palavras, diz respeito à possibilidade de criar alianças com organizações e entidades de saúde, assistência social, do judiciário e demais áreas afins visando assegurar a proteção e assistência completa aos estudantes. Assim, organizar e unir esforços com demais trabalhadores da instituição de ensino, como docentes, psicólogos e pedagogos, com o intuito de estimular um atendimento interdisciplinar.

Souza (2022) amplia a discussão ao dizer que o assistente social pode atuar no incentivo à integração e variedade, elaborando e executando planos para a integração de estudantes com deficiência, assegurando que eles obtenham os ajustes e a assistência requeridos. Incentivar o respeito às diferenças e promover a conscientização acerca da diversidade cultural, social e econômica, visando a igualdade de oportunidades.

Nesse contexto, o desempenho desse papel é essencial para assegurar que todos os estudantes, sem distinção de condições ou origens, tenham acesso a um ambiente educativo inclusivo e justo. Os profissionais de serviço social têm um papel fundamental na adequação do programa educacional e das estratégias de ensino para atender às particularidades dos alunos, trabalhando em conjunto com professores, familiares e outros especialistas para promover um ambiente onde todos consigam se desenvolver plenamente.

Além disso, é de responsabilidade desse profissional apresentar um trabalho na prevenção e resolução de conflitos, atuando em situações de conflito, intimidação e agressão nas escolas, intermediando e sugerindo maneiras de fomentar a convivência pacífica e a valorização do próximo.

Assim, é necessário elaborar estratégias de prevenção à violência e ações de conscientização que promovam a comunicação e a paz dentro do espaço escolar. Souza (2012) coloca que eles ainda precisam instruir os genitores e responsáveis acerca de suas obrigações e direitos, fortalecendo a conexão entre lar e instituição educacional e incentivando o envolvimento efetivo da comunidade escolar. Engajar todos os membros da escola na realização de iniciativas e atividades que visem aprimorar a excelência educacional e o cuidado com os estudantes. Pode ainda a exercer ações em prol da proteção dos direitos dos estudantes, assegurando o atendimento de suas necessidades e solicitações de acordo com as normas públicas e leis em vigor. Para então, estimular a presença dos estudantes e seus familiares em ambientes de debate e tomada de decisão, fortalecendo os princípios de cidadania e democracia dentro da instituição escolar.

Abreu (2011) acrescenta que essa área deve ter o foco no desenvolvimento e análise de políticas educacionais, colaborando com o desenvolvimento, execução e análise de estratégias educacionais voltadas para a integração na sociedade e a proteção dos direitos. Para então, contribuir para a elaboração de um plano educacional que leve em conta as diferentes realidades sociais dos estudantes, por meio da participação ativa em conselhos e comitês escolares.

De acordo com a Lei n. 13.935/2019, os profissionais de psicologia e serviço social devem colaborar em conjunto com equipes multidisciplinares, com o objetivo de melhorar a

qualidade da educação e promover a integração entre os diferentes membros da comunidade escolar.

Sendo assim, as principais atribuições dos assistentes sociais, segundo a Lei nº 13.935/2019 são: medidas para evitar e resolver desentendimentos; trabalhar em cenários de conflitos escolares, promovendo a facilitação e a resolução amigável de problemas; estabelecer estratégias preventivas para evitar situações de violência e bullying, promovendo um clima escolar baseado na paz e no respeito mútuo; oferecer auxílio psicossocial a alunos, familiares e profissionais da educação, identificando e intervindo em situações de fragilidade e carência social; proporcionar suporte emocional e de interação por meio de encontros individualizados e coletivos, contribuindo para superar desafios que possam atrapalhar o desempenho acadêmico.

Dentre as atribuições a referida lei, lista ainda o estabelecimento de parcerias sólidas entre diferentes organizações com o objetivo de criar uma rede de proteção social robusta, que inclua instituições de saúde, assistência social, sistema judiciário e outras entidades; promover a realização de tarefas em conjunto com os colegas da escola, incluindo psicólogos, professores e profissionais da educação, com o objetivo de garantir um apoio interdisciplinar; desenvolver estratégias e ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo sua participação e permanência na escola; trabalhar para fortalecer um espaço educacional acolhedor, que valorize e incentive a pluralidade cultural, social e econômica dos alunos; orientar os pais, responsáveis legais e profissionais da educação sobre os direitos, deveres e questões sociais que impactam a trajetória educacional; estimular o progresso dos alunos da instituição de ensino em temáticas como preservação dos direitos das crianças e adolescentes, enfrentamento da violência e métodos de inclusão social.

A presença de profissionais de serviço social em escolas públicas, corrobora com o que teóricos e pesquisadores da área já postulavam em seus trabalhos, pois destaca a importância de uma abordagem abrangente no processo de ensino. É relevante salientar que o rendimento dos alunos não é influenciado apenas por questões educacionais, mas também por fatores sociais e emocionais que impactam diretamente sua aprendizagem. O papel dos assistentes sociais é essencial para identificar e intervir nessas questões, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a um ambiente escolar justo, inclusivo e propício ao crescimento integral.

Em suma, essa lei marca um progresso considerável para as atividades dos assistentes sociais na área da educação básica, definindo responsabilidades com o objetivo de promover o bem-estar, a inclusão e a igualdade social no ambiente escolar. O documento destaca a

relevância de uma abordagem integrada e interdisciplinar para enfrentar os desafios da aprendizagem, beneficiando os alunos, suas famílias e os profissionais da educação.

3.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI NA ESCOLA

Na trajetória para a validação e implementação de uma lei no Brasil, é necessário seguir um procedimento legal e formal que abrange diversas fases. A primeira é a elaboração e sugestão, ou seja, a legislação parte de um projeto inicial, que pode ser apresentado por parlamentares (deputados, senadores), autoridades executivas (presidentes, governadores, prefeitos) ou até mesmo pela iniciativa popular, de acordo com a natureza da lei.

O segundo passo é o debate e aprovação, assim, a proposta legislativa é analisada por diferentes comissões e plenários nos órgãos legislativos (Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais). Nesse período, ela pode ser debatida, modificada e aprovada por votação. Seguindo então, para a terceira fase, que é a decisão entre aprovação ou rejeição. Após a aprovação nos órgãos legislativos, o projeto é encaminhado para a autoridade do Executivo (presidente, governador ou prefeito), que tem o poder de aprovar (convertendo-o em lei) ou rejeitá-lo (total ou parcialmente). Em caso de rejeição, o Legislativo tem a prerrogativa de manter ou derrubar essa decisão (Silva, 2017).

Cabe lembrar que quando uma lei é aprovada, é necessário que seja divulgada no Diário Oficial da União, Estado ou Município. A partir desse momento, ela passa a ter validade e se torna de domínio público. Assim, ela passa por um período de carência, ou seja, certas normas legais não são aplicadas imediatamente após serem divulgadas. Essas normas podem ter um intervalo conhecido como "período de carência", que é um tempo determinado para que a população se ajuste às novas regras. Somente após esse prazo, a norma torna-se obrigatória.

Outra etapa é o cumprimento obrigatório e controle. Com a legislação em vigor, todos os cidadãos e entidades são obrigados a obedecer. O não cumprimento pode resultar em penalidades legais, que mudam de acordo com a especificidade da lei. Dessa forma, a vigência de uma norma jurídica no território brasileiro começa após sua divulgação no Diário Oficial, porém seu cumprimento prático pode estar sujeito à necessidade de um período de vacância da lei.

A lei n. 13.935/2019, assim como todos os dispositivos legais em vigor no país, seguiu rigorosamente todos os trâmites determinados pela Carta Magna e pelas leis em vigor. Ela é datada a partir de 2 de agosto de 2019, aborda a normatização de pontos particulares ligados à

prática profissional em um campo específico, porém carece de especificidades que elucidem o conteúdo completo, como o nome ou o assunto detalhado.

A obrigatoriedade, aprovação e a divulgação da lei em questão se deu através do projeto de lei que obteve a aprovação do Presidente da República e foi divulgado no Diário Oficial da União em 2 de agosto de 2019. De forma geral, a norma passou a ter efeito a partir da data em que foi publicada. Assim, todos os indivíduos e empresas que se encaixam no âmbito da legislação devem seguir suas determinações.

Instituições encarregadas de fiscalizar o cumprimento das normas legais, como órgãos reguladores, pastas governamentais ou organizações especializadas, asseguram a aplicação da lei e a imposição de sanções em caso de infração. A legislação de número 13.935/2019, como foi falado anteriormente, dispõe sobre a inserção de profissionais de serviço social e psicologia nas escolas públicas de ensino fundamental e médio no país. Deste modo, torna-se obrigatório por lei que os sistemas de ensino (federal, estadual e municipal) disponham de suporte psicológico e de serviço social para suprir as demandas do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

O trabalho desses especialistas visa implementar atividades destinadas a aprimorar a qualidade do ensino, colaborando para a criação de um ambiente escolar positivo e receptivo, e também auxiliando na identificação e superação de obstáculos que possam atrapalhar o progresso dos alunos. Sobre isso, Amaro (2011) pontua que atuação do Serviço Social no ambiente educacional seguia a abordagem de preparar os indivíduos socialmente, tornando-os cidadãos produtivos de acordo com suas habilidades.

A atuação desse profissional é de caráter interdisciplinar. Em outras palavras, estabelece-se que psicólogos e assistentes sociais atuando nas escolas devem trabalhar de maneira interdisciplinar, em conjunto com a equipe pedagógica e demais profissionais da educação, a fim de assegurar o desenvolvimento pleno dos alunos. Assim, é de responsabilidade dos profissionais de serviço social lidar com problemáticas ligadas às condições econômicas e sociais dos alunos, buscando promover a integração na sociedade, auxiliando em situações de vulnerabilidade e colaborando para a criação de políticas educacionais mais igualitárias e abrangentes.

O fato é que a presença desses especialistas tem como objetivo aprimorar a atmosfera na escola, fornecendo auxílio psicológico e social aos estudantes, criando um ambiente mais acolhedor e propício ao desenvolvimento educacional. Deste modo, ela representa um grande passo rumo a uma educação de excelência, pois valoriza o papel essencial dos assistentes

sociais e psicólogos no fortalecimento do bem-estar e no crescimento completo dos estudantes.

No que diz respeito às atribuições, é importante mencionar que os profissionais de psicologia e serviço social trabalhem de forma conjunta, e, apesar de não serem especificadas pela legislação, as atribuições dos profissionais de serviço social e psicologia na área da educação se dão de acordo com as práticas da profissão e o ambiente educacional.

Para Assistentes Sociais tem-se atribuições de: identificação e acompanhamento: identificar e monitorar alunos em condições de vulnerabilidade social, como aqueles que lidam com desafios familiares, econômicos ou de segurança. Intervenção escolar: exercer o papel de intermediário em circunstâncias de discordância no meio escolar, fomentando a integração social e a convivência pacífica. Parceria com outras redes de apoio: criar conexões com diferentes redes de apoio social, tais como saúde, assistência social e direitos humanos, a fim de oferecer suporte e encaminhamento adequado aos alunos e suas famílias. Orientação e assistência: prestar suporte e direcionamento às famílias e estudantes em relação aos benefícios sociais e oportunidades de acesso aos serviços públicos, visando incentivar a integração social e educacional. Criação de projetos educacionais: conceber e executar iniciativas direcionadas para incentivar a equidade e a inclusão social no ambiente escolar (Silva, 2020).

No documento de diretrizes para a implementação da Lei n. 13.935/2019 elaborado em parceria pelo CFESS e CFP, foram estabelecidas diversas responsabilidades:

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
3. Atuar no processo de ingresso, regresso, permanência e sucesso dos/as estudantes na escola;
4. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
5. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
6. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;

7. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
8. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes;
9. Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões.
10. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
11. Propor e participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;
12. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
13. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica (CFESS, 2020, p.).

Portanto, o trabalho realizado pelos assistentes sociais no âmbito educacional engloba diversas funções essenciais para promover um ambiente escolar mais justo e inclusivo. Esses profissionais têm um papel crucial ao colaborar com projetos escolares, participar de atividades de formação que enriquecem a comunidade escolar e implementar ações que garantem a acessibilidade a todos os alunos. Além disso, também auxiliam na capacitação dos profissionais da educação básica, garantindo que as práticas e conhecimentos estejam alinhados com as necessidades atuais da área. A abordagem abrangente dessas ações reflete o comprometimento dos assistentes sociais com a constante melhoria e igualdade no ambiente educativo.

Essas atribuições, segundo Dentz e Silva (2015), corroboram para o ideal de formação da nova abordagem crítica, dentro da área profissional, apoiada por diversos fatores sociais e históricos. Dentre os pontos destacados até então, incluem-se: a preocupação da própria classe profissional com a teoria; a natureza científica da prática profissional; a disposição para a pesquisa; o surgimento do pensamento marxista nas universidades; o declínio do regime militar, e outros elementos que indicaram uma mudança, uma reestruturação crítica da atuação profissional.

É importante realizar a introdução dos serviços prestados por esses profissionais de maneira gradual, levando em conta as particularidades de cada estrutura educacional e respeitando as restrições financeiras. As responsabilidades particulares podem ser delimitadas através de normas estaduais, municipais ou orientações fornecidas pelos órgãos reguladores, além das estratégias e iniciativas desenvolvidas por cada sistema educacional.

Mesmo com todo aparato legal, a lei enfrenta desafios no seu processo de implementação. A restrição de recursos é o principal obstáculo. Para contratar novos

colaboradores é necessário realizar investimentos, porém diversos estados e cidades encontram-se em situações financeiras delicadas, o que pode ocasionar a demora na efetivação do processo. Outro ponto é a responsabilidade fiscal, sendo que a distribuição de verbas seja cuidadosamente planejada, a fim de prevenir complicações com a estabilidade financeira dos órgãos governamentais.

Sobre os desafios, Amaro (2011) acrescenta que na área da educação envolvem diversos aspectos, como a diversidade, a precarização social, o impacto das dificuldades familiares no ambiente escolar, a relação entre escola e comunidade, a situação de crianças vítimas de diferentes formas de violência, atos infracionais, discriminação racial e intolerância em relação às escolhas sexuais.

Deste modo, eles evidenciam a diversidade e a complexidade das questões que os profissionais do Serviço Social enfrentam no contexto educacional. A ocorrência desses desafios requer uma abordagem variada e atenta às particularidades individuais, exigindo não só conhecimento técnico e teórico dos assistentes sociais, mas também habilidades empáticas e eficazes. É essencial que os profissionais estejam preparados para enfrentar tais questões de maneira abrangente, promovendo um ambiente escolar inclusivo que respeite a diversidade e garanta a proteção e os direitos dos alunos.

Além disso, também é preciso considerar a violência presente nas escolas. Neste cenário, o trabalho do assistente social no contexto educacional é fundamentado por normas profissionais que orientam sua atuação, como a legislação que regulamenta a profissão, o código de ética, o projeto ético-político, a legislação educacional, os direitos humanos e sociais a partir da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros.

A falta de infraestrutura e logística também impacta diretamente nesse processo, uma vez que em várias localidades, principalmente em regiões afastadas ou menos desenvolvidas, é comum a falta de psicólogos e assistentes sociais qualificados disponíveis para contratação. Sendo assim, a alocação de trabalhadores, por exemplo, pode ser desigual, com uma predominância maior nos centros urbanos e obstáculos em suprir as necessidades nas regiões rurais ou áreas periféricas.

Observa-se ainda que muitos municípios apresentam a ausência de um planejamento minucioso para o processo de implementação. A legislação requer uma integração gradual, porém diversos sistemas educacionais ainda não elaboraram estratégias detalhadas para incluir esses profissionais de forma eficiente. Assim, inserir novos colaboradores nas equipes pedagógicas já estabelecidas pode ser uma tarefa desafiadora, requerendo ajustes na cultura da escola e na colaboração entre diferentes disciplinas.

Adicionalmente, a ausência de uma organização planejada pode levar à oposição às alterações e problemas para se adequarem aos novos papéis, impactando de forma negativa a eficiência do trabalho dos assistentes sociais. Para vencer esses obstáculos, é fundamental criar um plano de inclusão que englobe o treinamento dos funcionários, a adaptação dos processos internos e a participação de toda a comunidade escolar, assegurando uma implantação bem-sucedida e fortalecendo as iniciativas de suporte e acompanhamento dos estudantes.

Dussel (2009) já pontuava que é possível que a inclusão desses novos profissionais nas políticas de ensino seja marcada pela estreita ligação dessas políticas com questões relacionadas à proteção social, vulnerabilidade social, seguridade, programas e benefícios assistenciais. Essa ligação se tornou parte integrante da agenda das políticas de ensino contemporâneas, considerando os eventos históricos já mencionados, em um cenário de extensão dos direitos sociais, conforme estabelecido na Constituição de 1988, vale ressaltar a crescente importância de uma série de políticas públicas que têm impacto direto em questões relacionadas à Educação e ao Serviço Social.

O fato é que a capacitação e formação contínua sempre serão os principais caminhos para a implementação, pois apesar de contarem com formação de profissionais do serviço social, é fundamental receber treinamento especializado para atuar efetivamente no contexto escolar e lidar com as demandas específicas da educação básica. Assim, é imperioso que esses busquem constantemente capacitação para se manterem atualizados em métodos educacionais e de cuidado mental adequados ao ambiente escolar. Sobre o desafio da formação, Netto (1996, p. 124-125) já pontuava que

[...] a curto prazo o problema da formação profissional não pode continuar se colocando mais como restrito à preparação das novas gerações de profissionais: tem que incluir os milhares de assistentes sociais já diplomados e que se vêm fortemente pressionados pelas constrictões do mercado de trabalho. Cursos de especialização, de reciclagem, de atualização profissional etc., que atendam às exigências de intervenção localizada (ação focal), terão que ser implementados rapidamente. E a questão central, na implementação desses cursos, é óbvia: reside no modo como se tornará a intervenção localizada, de que se trate – tomá-la como tal, na sua imediatividade de demanda operativo-instrumental, pode ser o enquadramento oferecido pelas vertentes profissionais que contestam a direção social estratégica; para as vertentes comprometidas com esta, o trato operativo-instrumental deve ser necessariamente, conectado à compreensão da problemática em tela e da ação focal no sistema de relações da sociedade brasileira.

Neste cenário, é fundamental que as ações práticas estejam em sintonia com a avaliação crítica da sociedade e das carências específicas das pessoas e grupos atendidos. O sucesso das iniciativas está ligado à harmonização entre as técnicas e abordagens empregadas e a realidade social a ser transformada, assegurando que as intervenções sejam pertinentes, significativas e eficazes na promoção de transformações relevantes e no combate às disparidades existentes na comunidade.

Deste modo, a médio prazo, é fundamental considerar a necessidade de atualização profissional não apenas para os novos profissionais, mas também para aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho. Cursos de especialização, reciclagem e atualização que atendam às demandas específicas de cada área de atuação precisam ser implementados de forma ágil. A questão central aqui é como tornar eficaz essa atualização profissional na educação, levando em conta a demanda imediata e também a compreensão mais ampla dos desafios existentes no contexto da educação básica. Para isso, é essencial que haja uma conexão entre a prática profissional e a compreensão mais profunda das questões em jogo.

Paralelo aos desafios listados anteriormente, ocorre ainda a resistência cultural e institucional. Deste modo, profissionais de educação e instituições educacionais podem encontrar resistência ao incluir novos participantes na rotina da escola, principalmente se não houver uma compreensão clara sobre as responsabilidades e vantagens desses serviços. Assim, educadores e líderes escolares já enfrentam diversas obrigações, e a inclusão de novos membros na equipe pode ser encarada como uma sobrecarga organizacional, a menos que haja uma coordenação eficiente na sua integração.

Silva (2020) pontua que outro desafio é a avaliação de impacto e resultados, uma vez que os sistemas não estabelecem, na maioria das vezes, parâmetros definidos para mensurar os efeitos da atuação de psicólogos e assistentes sociais no ensino fundamental, dificultando a avaliação da eficácia da legislação. Pois, em grande parte dos governos, essa implementação ocorre sem uma supervisão regular, pode ser desafiador detectar contratempos e modificar a estratégia de execução de acordo com as necessidades.

Nesse contexto, é preciso de apoio político e social, para então, fortalecer a efetivação da legislação para que a mesma não sofra interferências de transformações no cenário político e administrativo, o que acarreta a possibilidade de interrupção ou de priorização de diferentes programas. Deste modo, a colaboração da comunidade é fundamental para garantir a efetividade da legislação, sendo essencial o engajamento dos pais, estudantes e administradores escolares, tanto na execução quanto no reconhecimento dos benefícios oferecidos.

Por outro lado, o processo de implementação implica em possibilidades. O primeiro é o fortalecimento da promoção da saúde mental no ambiente escolar, ou seja, a atuação desses profissionais nas instituições educacionais viabiliza a detecção precoce de dificuldades emocionais e comportamentais, tais como estresse, tristeza e comportamento agressivo. Dessa forma, torna-se viável realizar intervenções preventivas e oferecer o suporte adequado aos estudantes.

Com a atuação significativa pode ocorrer a redução da evasão escolar, uma vez que os profissionais da área social conseguem reconhecer e agir em circunstâncias de fragilidade que muitas vezes resultam em abandono dos estudos, tais como carência financeira, agressão dentro de casa ou questões familiares. Por meio do trabalho desses especialistas, é viável desenvolver programas de orientação para estudantes que correm o risco de desistir da escola, fornecendo o auxílio essencial para que permaneçam e finalizem seus estudos (Silva, 2020).

Ainda é possível dizer que esses podem gerenciar o fortalecimento do ambiente escolar. A colaboração dos assistentes sociais pode auxiliar na formação de um espaço escolar mais receptivo e aberto, no qual os estudantes se sintam protegidos e valorizados. Esses especialistas estão aptos a auxiliar na resolução de disputas entre estudantes, educadores e também com os familiares, incentivando um convívio mais pacífico.

O apoio à inclusão social e educacional pode colaborar na criação e acompanhamento de planos de ensino personalizados para estudantes com necessidades especiais, assegurando que obtenham o apoio adequado. Além disso, a possibilidade de assegurar que todos os estudantes, sem distinção de classe social, possam desfrutar de chances iguais de acesso à educação, diminuindo assim as disparidades existentes.

Outra possibilidade é o apoio às famílias e comunidade escolar, uma vez que eles têm a possibilidade de promover a união e a participação das famílias na jornada educacional, auxiliando-as a compreender a relevância de se envolver de maneira efetiva no desenvolvimento dos filhos. Assim, a presença desses especialistas pode transformar as escolas em um suporte para os familiares, fornecendo guia e recursos que podem colaborar com a promoção do conforto familiar.

O fato é que essa presença possibilita ainda o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas, pois esses profissionais têm a capacidade de auxiliar na criação de estratégias e iniciativas educacionais que levem em conta as necessidades emocionais e sociais dos estudantes, visando uma educação mais abrangente e que inclua a todos. A atuação desses especialistas viabiliza uma avaliação minuciosa dos métodos pedagógicos e diretrizes educacionais, viabilizando alterações e aprimoramentos constantes.

Os profissionais de serviço social podem auxiliar no desenvolvimento profissional de educadores, promovendo treinamentos sobre assuntos como bem-estar mental, diversidade, administração da sala de aula e resolução de conflitos. Com a familiaridade com o ambiente escolar, podem ainda colaborar na elaboração de recursos pedagógicos que discutam temas relacionados ao desenvolvimento socioemocional, contribuindo para a preparação de alunos diante dos obstáculos do cotidiano.

E por fim, a atuação desses especialistas nas instituições de ensino pode proporcionar informações relevantes para estudos científicos, auxiliando no avanço de novas estratégias e ações no âmbito educacional. Deste modo, profissionais capacitados podem impulsionar a inovação no ensino, adotando abordagens que combinam elementos psicológicos e sociais no desenvolvimento do aprendizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento realizado nesse estudo, pode-se dizer que a questão-problema foi respondida e os objetivos foram alcançados. Ao discutir a compreensão das possibilidades e desafios para a atuação do serviço social na educação básica com a implementação da Lei nº 13.935/2019, algumas considerações são essenciais. Buscou-se, orientado pelos objetivos gerais e específicos da investigação, apresentar o contexto histórico, os fatores que contribuíram para a criação da lei e as atribuições dos assistentes sociais na educação básica.

A atuação do serviço social na área da educação no Brasil possui sua origem em ações direcionadas para o amparo social e a promoção da integração, frequentemente associadas a projetos de diminuição do abandono escolar e da proteção dos direitos sociais das comunidades mais fragilizadas. A aplicação da lei representa um avanço relevante para assegurar a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, a fim de atender às necessidades e demandas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, considerando os aspectos sociais, emocionais e psicológicos que influenciam diretamente o desenvolvimento integral dos alunos.

Contudo, ela enfrenta obstáculos consideráveis, dentre os quais destacam-se: recursos financeiros limitados; infraestrutura e logística insuficientes; necessidade de planejamento e implementação; oferta de capacitação e formação contínua; resistência cultural e institucional; ausência de avaliação de impacto e resultados; e demanda por maior apoio político e social. Todos esses desafios demandam uma estratégia bem elaborada, distribuição adequada de verbas, formação constante dos funcionários e participação ativa de todos os membros da comunidade escolar.

A compreensão das possibilidades para a atuação do serviço social na educação básica pode ser identificada na colaboração entre assistentes sociais, psicólogos e educadores de modo a permitir um atendimento completo aos estudantes, levando em consideração fatores socioeconômicos, familiares e emocionais.

Assim, contar com a presença de profissionais de serviço social nas instituições de ensino pode auxiliar na detecção precoce de demandas sociais e na aplicação de medidas que previnam o abandono escolar e incentivem a integração social. Deste modo, os profissionais de Serviço Social podem atuar como intermediários entre a instituição educacional e as famílias, provendo assistência e direcionamento que contribuem para o progresso e a qualidade de vida dos estudantes.

Os desafios da execução da legislação esbarram em dificuldades ligadas à falta de verbas e à carência de estrutura necessária para a contratação e desempenho desses especialistas. A resistência institucional pode surgir quando as escolas precisam se ajustar à inclusão de assistentes sociais, já que a comunidade escolar pode não estar familiarizada com essa abordagem multidisciplinar. Ainda é possível dizer que é crucial que esses profissionais recebam treinamento contínuo para atuar na área da educação básica, porém, muitas vezes, a falta de programas de treinamento apropriados pode limitar essa capacitação.

A aprovação da Lei nº 13.935/2019 é um avanço importante para a educação básica no Brasil, pois incorpora os serviços de psicologia e serviço social no dia a dia das escolas. No entanto, sua implementação requer um profundo entendimento dos desafios e oportunidades envolvidos, juntamente com um comprometimento com a capacitação contínua dos profissionais, a criação de infraestruturas apropriadas e a superação das resistências presentes nas instituições.

Nesse sentido, a eficácia dessa legislação depende diretamente da habilidade das instituições de ensino e dos sistemas educacionais de incluir esses profissionais de forma eficiente, criando um ambiente escolar mais acolhedor e adequado às necessidades dos estudantes. É essencial manter uma comunicação contínua entre as diretrizes governamentais e as práticas pedagógicas, além de um monitoramento rigoroso para assegurar a concretização dos propósitos estabelecidos pela lei. A superação dos obstáculos enfrentados e a otimização das oportunidades proporcionadas pela legislação irão contribuir de forma significativa para o estímulo de uma educação mais justa e igualitária, trazendo benefícios a todos os participantes do processo educativo.

É fundamental compreender o contexto histórico e identificar os motivos que levaram à formulação desta lei para entender seu impacto futuro, ao passo que a definição das responsabilidades dos assistentes sociais auxilia a delinear o papel destes profissionais na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Em suma, ela traz diversas opções visando aprimorar a excelência da educação no território brasileiro, principalmente ao estimular um ambiente escolar mais participativo, receptivo e sensível às demandas emocionais e sociais dos educandos. Com a correta execução e respaldo de medidas governamentais, este dispositivo legal tem potencial para impactar de modo significativo no crescimento pleno dos discentes e na formação de uma comunidade mais igualitária e justa.

Esse estudo não finda aqui, uma vez que a partir desse levantamento é possível realizar diversos estudos prospectivos, como o exemplo, de conduzir pesquisas em diversas

localidades e estabelecimentos de ensino variados a fim de avaliar de que forma a presença de profissionais de Serviço Social e Psicologia impacta na melhoria do ensino e no bem-estar dos estudantes. Outra possibilidade é reconhecer e analisar abordagens bem-sucedidas em instituições de ensino que adotaram a legislação, evidenciando práticas de excelência e estratégias eficazes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**. Florianópolis: Ed. UFSC 2011.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço social na educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2007. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

ARROYO, Miguel G. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, Manuel J.; GOUVÊA, Maria Cristina S. de (Org.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 119-140.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). **O processo de formação profissional do assistente social**. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 1, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS); CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). **Formação profissional**: trajetórias e desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 7, edição especial, 1997.

BRASIL. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissional. 2019.

BRASIL. Portaria MEC n.º 826, de 7 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação – PNME**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social: **Agora é lei!** Assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica! Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1647>. Acessado em: 24 de julho de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades**. CFESS Manifesta, Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo. Editora Cortez. 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2 ed, São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e formação profissional**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO M.; CARVALHO, R. De. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço uma interpretação histórico-metodológica**. 4. ed. São Paulo/Lima: Cortez/ Celats, 1985.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social. In: SOUZA, Edvânia A. de; OLIVEIRA E SIVA, Maria Liduínade (org.). **Trabalho, questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo. Cortez. 2019.

KINDI, E. **Os Sentidos de Experiências de Trabalho em Tempos de Flexibilização**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Robson de; SANDER, Cristiane; SAMPAIO, Simone Sobral. Ética profissional e as instituições empregadoras: uma análise a partir do código de ética da assistente social. **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-12, jul.-dez. 2020.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 37. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

SOUZA, Iris de Lima. O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE. In: **Serviço social na educação** [recurso eletrônico] : experiências do trabalho profissional e problematização em curso / André Michel dos Santos, Larissa Ramalho Pereira, Marta von Dentz (organizadores). – 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2022.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na educação: Que saberes? Que Competências?** Natal: EDUnP, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade.** In: IEE. Curso de Capacitação de Gestores Sociais. São Paulo: IEE, 2008.